

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
(PRONATEC): uma análise preliminar de sua implantação em Curitiba-PR**

CURITIBA – PR
2013

DALESSANDRO DE OLIVEIRA PINHEIRO

**PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
(PRONATEC): uma análise preliminar de sua implantação em Curitiba-PR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Políticas Educacionais, para obtenção do título de Especialista em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Ribeiro da Silva.

CURITIBA – PR
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Mônica Ribeiro da Silva, pelo trabalho, pela orientação dedicada, paciente e segura.

Meus agradecimentos aos professores Dra. Adriana Dragone, Dra. Ana Lorena Bruel, Dra. Andréa Barbosa Gouveia, Dr. Ângelo Ricardo de Souza, Dr. Marcos Edgar Bassi, Dra. Taís Moura Tavares, Dra. Rose Meri Trojan, que compõem o corpo docente do Núcleo de Políticas Educacionais da UFPR (NUPE), pelo trabalho nas disciplinas do curso.

Agradeço aos amigos da classe, pelo convívio acadêmico e amigável, em especial, ao Carlos Vinícius e a Adylles Jacomelli.

Agradeço à Sandra, da secretaria do NUPE, pelo trabalho, organização e amizade.

Agradeço aos meus pais, Moacyr e Neide, pelo apoio irrestrito e incentivo, à esposa e companheira, Andryas Roberta Braga Pereira Pinheiro, ao filho Lênin, pela compreensão.

RESUMO

Esse estudo tem como objeto de análise o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Governo Federal e sua implantação inicial na cidade de Curitiba-PR. Num primeiro momento são tecidas considerações acerca da conjuntura nacional e da política pública Pronatec, da forma como ela é apresentada, por seu proponente, o Ministério da Educação. Para tanto, cabe a familiarização com a definição conceitual sobre o Programa, a legislação que o ampara, e o desenvolvimento de suas ações dentro dos limites e possibilidades da esfera governamental. Em um segundo momento se analisa como esta política se efetiva na Cidade de Curitiba, as instituições demandantes, peculiaridades, vagas e áreas de ocupação profissional. Os objetivos propostos no desenvolvimento da pesquisa são: 1) analisar a questão conceitual e as condições materiais que possibilitaram o desenvolvimento do Pronatec; 2) analisar a articulação entre a política pública e as demandas conjunturais do mercado de trabalho em Curitiba-PR; 3) Como procedimento metodológico, foram levantados dados referentes à cidade de Curitiba-PR, sobre o mercado de trabalho, nos diferentes setores da economia e, paralelamente, sobre a oferta de vagas pelo Pronatec, no ano de 2012. 4) Como conclusão foi possível verificar que houve uma ampliação significativa nas vagas ofertadas pelo Pronatec; que, dificilmente, os dados apontarão um vínculo imediato entre formação e inserção no mercado de trabalho; que existem setores não atendidos em sua demanda e outros com excesso de vagas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Educação Profissional; Pronatec.

ABSTRACT

This study has as its object of analysis the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) , the Federal Government and its initial deployment in Curitiba - PR . At first considerations are about the national situation and , Pronatec shape public policy as it is presented by its proponent , the Ministry of Education . To do so , it is familiarity with the conceptual definition of the program , legislation that is supportive, and the development of their shares within the limits and possibilities from government . In a second step we analyze how this policy is effective in Curitiba , the plaintiffs institutions , peculiarities , places and areas of occupation . The proposed development of the research objectives are: 1) to analyze the conceptual question and the material conditions that made possible the development of Pronatec , 2) examine the relationship between public policy and the cyclical demands of the labor market in Curitiba - PR ; 3) as a methodological approach , data regarding the city of Curitiba - PR , on the labor market , the various sectors of the economy and, in parallel , on the number of vacancies by Pronatec , in the year 2012 were collected . 4) As a conclusion, we found that there was a significant increase in vacancies offered by Pronatec , that seldom data will indicate an immediate link between education and entering the labor market, there are areas not served on your demand and other over- vacancies.

KEYWORDS: Public Policy Professional Education; Pronatec.

SUMÁRIO

Introdução	08
CAPÍTULO 1 - Conjuntura nacional e caminhos das políticas públicas de formação dos trabalhadores pós-1990 como precursores do PRONATEC	11
CAPÍTULO 2 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - A política pública de formação profissional	23
2.1 O aparato jurídico-institucional, o programa, as parcerias e o financiamento do PRONATEC	23
2.2 O PRONATEC em Curitiba: a oferta, os cursos, as vagas, as matrículas e demandas	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	48

Introdução

O interesse sobre estudo nas ações governamentais voltadas à formação do trabalhador brasileiro advém da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE) entre os anos de 2004 e 2007; Nesse Grupo foram realizados estudos que originaram o projeto coletivo de pesquisa intitulado “O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990”.

No início deste período, a conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, na UNIOESTE, possibilitou a produção monográfica “Reflexões sobre a formação do trabalhador no Brasil: Da Colônia à Primeira República”, que buscou apontar ações governamentais voltadas à formação do trabalhador durante o período colonial e imperial. Este estudo trouxe novas dúvidas e questões que se tornariam proposições iniciais para o projeto voltado ao Mestrado em Educação da UNIOESTE.

Na sequência dos estudos, nos anos de 2008 e 2009, durante a realização do Curso de mestrado, este autor se ocupa da análise sobre o curso “Aprender a Empreender”, do SEBRAE, um dos instrumentos de difusão das ideias do empreendedorismo no Brasil, que passa a ser utilizado para fortalecer a direção político-ideológica do capital. O curso “Aprender a Empreender”, objeto da análise, volta-se à classe trabalhadora na perspectiva de, numa realidade de desemprego estrutural, oferecer aos trabalhadores a oportunidade de “ser patrão de si mesmo”. Esta foi uma oportunidade também para analisar o quanto “avança” o discurso empreendedor em relação ao discurso da qualificação e da empregabilidade. O empreendedorismo como alternativa para a geração de emprego e renda e a fragilização da noção de qualificação frente ao fortalecimento do ideário do empreendedorismo. Desta forma, procurou-se encontrar algumas lacunas do discurso empreendedor para caracterizá-lo como restrito para a formação humana, e como de extrema precarização para os trabalhadores.

A partir do ano de 2011, a aproximação com o NUPE/UFPR e no intuito de dar sequência aos estudos no campo do trabalho, estado, sociedade e educação, o curso de especialização em Políticas Educacionais possibilitou estreitar análises

sobre as ações governamentais, via política pública, direcionadas a formação do trabalhador. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no governo da presidenta Dilma Rousseff, então se transforma em objeto de análise por se configurar em uma das principais políticas públicas contemporâneas vinculadoras do mundo do trabalho e educação.

No intuito de compreender como se desenvolvem algumas políticas públicas brasileiras que entrelaçam o campo do trabalho e da educação é possível enveredar por caminhos diversos, quer seja na pesquisa acadêmica ou na avaliação da política, propriamente dita, porém o emaranhado que estará diante do pesquisador ou do analista fará com que faça escolhas, neste caso específico, o monográfico de iniciação a pesquisa, as escolhas são simplificadas englobando da política pública elementos fundantes, como seu arcabouço jurídico, a política na forma da Lei, a metodologia empregada para a aproximação com o tema, a apresentação daquilo que se pretende com a política, suas propostas, sujeitos envolvidos, formas de financiamento e outros apontamentos básicos.

O propósito da primeira parte deste texto destina-se à compreensão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), na forma como ele se apresenta por seu propositor, o Governo Federal, através de seus Ministérios. Para tanto, cabe a familiarização com a definição conceitual sobre o programa, a legislação que o ampara e o desenvolvimento de suas ações dentro dos limites e possibilidades da esfera governamental, ou seja, o que a política propõe, suas pretensões e propostas. Enfim, a leitura inicial destina-se a proporcionar um endereçamento daquilo que “aparenta ser” a política Pronatec.

Convém, num primeiro momento, salientar que as questões vinculadas à construção de categorias teóricas para amparar este estudo vinculam-se às propostas pelo Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE/UFPR) e pelo Curso de Especialização em Políticas Educacionais/UFPR. Portanto, duas categorias centrais neste estudo Estado e Política, são decorrentes da proposição contida no livro Políticas Educacionais: Conceitos e Debates (2011).

A concepção de Estado, de forma sintética, vincula-se às relações entre “ação pública e demandas sociais, (...) o Estado se relaciona/responde à pressão ou a ausência de pressão social. Nesse sentido, é necessário considerar que qualquer política pública não pode ser entendida como iniciativa isolada e unidirecional do

Estado. É preciso que “o prisma analítico das políticas públicas”, permita “uma interrogação constante sobre a natureza evolutiva do Estado e das relações entre espaço público e privado” (apud MULLER E SUREL, 2002, p. 17). Sobre Política, a referencia inicial da obra citada acima, traz a concepção de que ela “é o que faz o sujeito que deseja/aspira o poder” (WEBER, 1970; 2004). “A ação dos sujeitos que atuam na condução dos aparelhos do Estado ou daqueles outros que os enfrentam, deve ser entendida a partir do dissenso entre eles na luta pelo poder” (2011, p. 13).

1 - Conjuntura nacional e caminhos das políticas públicas de formação dos trabalhadores pós-1990 como precursores do PRONATEC.

Uma reflexão sobre as políticas públicas voltadas à educação profissional e tecnológica no Brasil leva, entre outras mediações, aos caminhos dinâmicos do modo de produção capitalista e às ingerências deste na condução da relação capital-trabalho. Então, faz-se de fundamental importância a compreensão da forma como se definem as políticas públicas voltadas a preparar a mão-de-obra nacional, estudantes e trabalhadores, no intento de atender às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Este texto tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento de uma política pública de educação profissional e tecnológica, de âmbito federal em sua ação local, ou seja, analisar até que ponto as principais proposições federais, durante um período do governo da presidenta Dilma Rousseff, respondem a parte das demandas da sociedade. Isto é “o que atendeu” e o que “não atendeu” do problema social que gerou a demanda (emprego/formação). O recorte específico recai sobre a principal política nesta área, o Pronatec e o efeito do seu desenvolvimento, na cidade de Curitiba.

Sendo assim, a proposição que ora se inicia pretende buscar algumas ações implementadas pelo governo, no que tange a formação de estudantes e trabalhadores, via sistema educacional/Ministério da Educação, durante o ano de 2012, em Curitiba-PR, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) como vetor principal de análise.

Estas ações governamentais que em tese buscam responder a uma demanda de qualificação da mão-de-obra posta para o Brasil no desenvolvimento de um processo de adequação de suas forças produtivas no intento de viabilizar espaço no mercado mundial globalizado e competitivo, pode ter na capital paranaense um espaço amostral analítico de sua efetividade.

A implantação de uma política pública federal da magnitude do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em função do aporte de recursos, orçados em R\$ 14 bilhões de reais (MEC, 2013), pela envergadura e capilaridade das ações, presente em todo território nacional, pode representar um diferencial histórico em relação ao total de investimento e a quantidade de vagas ofertadas para a formação de trabalhadores no Brasil. Porém,

uma característica que permanece pouco alterada em relação a forma de pensar a formação humana, restrita e estanque, vinculada a lógica do mercado.

Neste sentido, cabe historicizar o objeto maior que precede a implantação do Pronatec, tecendo considerações sobre a implantação de políticas públicas de educação profissional e formação do trabalhador no Brasil, em seus contextos históricos. Porém não se pretendendo esgotar neste espaço a questão, mas apenas endereçar momentos e características que permanecem e que foram extintas no curso da história recente do país, pois a proposição não visa um estudo histórico, mas contemporâneo e que permita lançar um foco de luz sobre a política pública.

Observando atentamente a organização do estado brasileiro e às proposições para a formação dos estudantes e trabalhadores, via sistema educacional, verifica-se que estas historicamente caminharam associadas ao atendimento das necessidades e determinações do capital e de outro lado tensionadas pela classe trabalhadora.

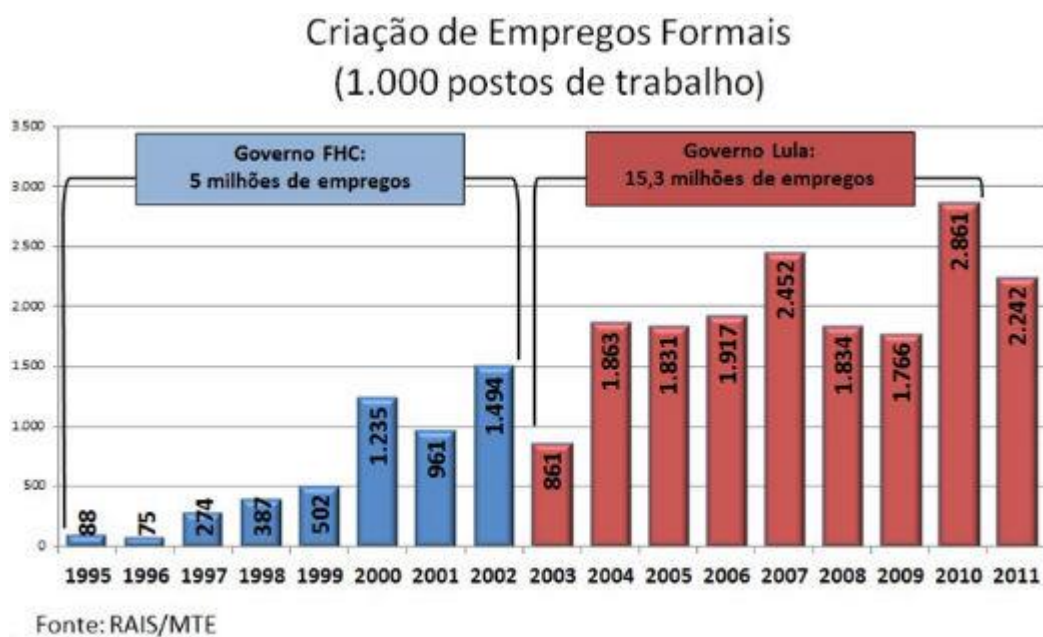
A história recente mostra, especialmente, nos anos 1980 e 1990, com a globalização e a nova configuração da economia mundial, que outros condicionantes vão delinear as políticas públicas voltadas a formar estudantes e trabalhadores, quer seja no âmbito do Ministério do Trabalho, como os planos nacionais de qualificação, PLANFOR, no governo Fernando Henrique Cardoso e o PNQ, no governo Lula; como no âmbito do Ministério da Educação que é onde se pretende focar o estudo sobre o Pronatec, a partir de 2011, no governo Dilma Rousseff. O atrelamento da educação profissional ao crescimento de setores da atividade econômica, como exemplo o setor de serviço, inserida num contexto de globalização, com novos atores em termos de cenário competitivo entre os países marca o atual momento, a exemplo da China e dos mercados unificados na Europa.

As proposições implementadas pelo Estado brasileiro tanto no arcabouço jurídico, como no campo da materialização de políticas públicas são diversas. Como se pode enumerar no Portal do MEC: a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, em 1994; ou na LDB 9394/96 que reserva um capítulo próprio para a educação profissional; ou no nefasto Decreto 2.208/97, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão Profissional (PROEP) aligeirando a formação, arquitetando uma proposta adequada aos preceitos neoliberais; ou pelo Decreto 5.154/2004, no governo Lula, que permitiu a integração do ensino técnico de nível médio; ou ainda a

transformação dos CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a criação em 2008 dos Institutos Federais de Educação.

Ou seja, seriam muitas as ações voltadas à adequação do sistema educacional do país no sentido de reformular e reorganizar, em movimento contínuo e ininterrupto, a questão da educação profissional. Porém, o que por ora cabe, é trazer alguns dos determinantes que, em diferentes momentos da história recente do país, condicionaram as políticas públicas de educação profissional para, a partir delas, observar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

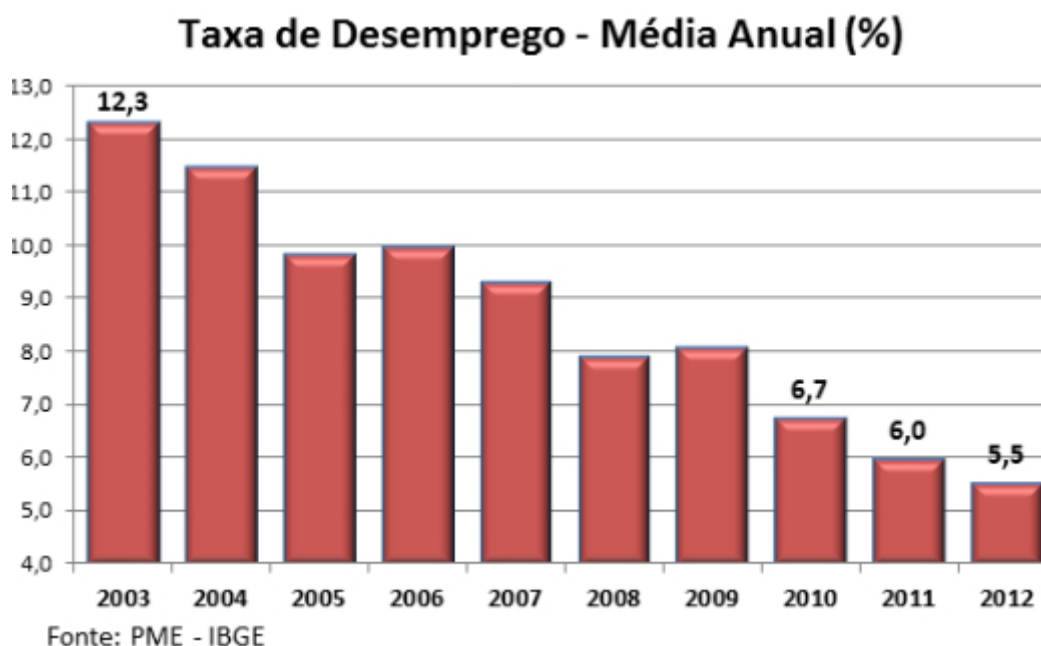
Os anos 1990 foram caracterizados no Brasil por um quadro político, econômico e social danoso aos trabalhadores, pela drástica redução nos postos de trabalho, altas taxas de desemprego, associada a baixos rendimentos e pressão para que os trabalhadores se mantivessem constantemente “qualificados” para ofertar sua mão-de-obra. Neste período também, os sucessivos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos / gráfico azul / à esquerda) tiveram extrema dificuldade (interna e externa) nas políticas de geração de emprego e renda.



Em 2003, o IBGE modificou sua metodologia para analisar comparativamente as taxas de desemprego, portanto, não há como utilizar os números dos anos 1990, para traçar relação com os posteriores a essa modificação. Porém, pela quantidade de empregos gerados fica nítido que nos últimos anos melhorou substancialmente a condição de estar trabalhando formalizado no Brasil.

As políticas econômicas e sociais reduziram sobremaneira a taxa de desemprego, que caiu de 12,3% em 2003, para 5,5%, em 2012. O crescimento econômico, associado a distribuição de renda, através, em parte, dos programas sociais do governo federal modificaram drasticamente os indicadores sociais do país.

O gráfico abaixo permite observar a queda na Taxa de Desemprego, que caracteriza maior ocupação formal da força de trabalho. Porém, se o que se busca das políticas públicas voltadas a formação profissional é se, de alguma maneira, elas permitiram ou auxiliaram nesta mudança? Evidentemente, políticas de formação de trabalhadores não geram empregos, mas permitem, no caso de crescimento econômico de um país, o acompanhamento da força de trabalho no que se relaciona com as ocupações nos diversos ramos de atividade produtiva.



A melhoria substancial dos índices, neste cenário, a partir de 2002, foi conquistada pelo conjunto da sociedade brasileira a partir de uma proposição diferente no gerenciamento governamental, com uma forma mais diversa de compreender o desenvolvimento econômico e social, bem diferente do que apregoavam os neoliberais nos anos 1990, ou mesmo sob a ótica do capital, daquilo que no período militar se denominou “desenvolvimento com segurança”, ou seja são três períodos bem diferentes: Os governos militares, os anos 1990 Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, e o governo Lula e Dilma.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o emprego formal, com carteira assinada, não foi uma opção governamental, muito pelo contrário, buscou-se a desregulamentação do trabalho, flexibilização das contratações, processos de terceirização da mão-de-obra, sob a alegação de ser o trabalho formal oneroso e pouco competitivo. O que jogou uma grande massa de trabalhadores na informalidade. O crescimento do país, que permitiu um nível de inclusão social, emprego e renda, contribuiu também sobremaneira para o desenvolvimento econômico do país, como pode ser visto nos números do Produto Interno Bruto:

NÚMEROS PIB BRASILEIRO 2000 a 2012

ANO	R\$ TRI	US\$ TRI
2000	1,179.482	-
2001	1,302.136	-
2002	1,477.822	-
2003	1,699.648	0,493
2004	1,941.498	0,665
2005	2,147.943	0,884
2006	2,322.818	1,067
2007	2,562.300	1,314
2008	2,889.719	1,573
2009	3,140.000	1,570
2010	3,675.000	2,090
2011	4,143,000	2,493
2012	4,864.000	2,560
2013	-	-

Fonte: ECONOMIA BR, junho/2012.

Isso se fez sentir também nas políticas públicas. No caso presente que se pretende endereçar, o das políticas para a formação dos trabalhadores, para caracterizar um pequeno lastro histórico tem-se que durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), foi a principal política pública destinada a este intento¹.

¹ Estudos que abordam o PLANFOR e o PNQ como objeto principal: "A Qualificação profissional como instrumento de regulação social: do Planfor ao PNQ", de Georgia Sobreira Cêa dos S. (2004) e

Com o fim dos governos militares, nos anos 1980, ficaram evidentes alguns aspectos no cenário nacional. Segundo Pochmann (2006), a recessão econômica, a retração da oferta de postos de trabalho e a crise institucionalizada, posteriormente intitulada como “década perdida”, formaram um conjunto de fatores que prescindiam de formação e qualificação de mão de obra, pois não havia crescimento econômico e oferta de empregos dentro da lógica do capital. Este conjunto de condições evidenciou que a qualificação deveria estar associada a políticas de crescimento econômico. No entanto, não adiantava formar, via escola de 2º grau profissionalizante, se não havia desenvolvimento econômico, e consequentemente o mercado de trabalho não acolhia a força de trabalho.

Pochmann (2006) aponta que foi durante os anos de 1990 que se deu início a uma ampla reforma do Estado, cuja aprovação da reforma administrativa facilitou a privatização e a demissão de pessoal das empresas estatais, além da ampliação da terceirização de atividades no interior do Estado. A aprovação da Lei Camata, por exemplo, limitou os gastos com contratação de funcionários públicos, o que por sua vez estimulou ainda mais a subcontratação de pessoal por meio de empresas terceirizadas.

Guilhon (2005) também localiza os anos 1990 como um “marco” na assistência governamental a partir de políticas públicas passivas, como uma forma de assistir financeiramente o trabalhador desempregado, assim como houve um aumento da demanda por políticas ativas para viabilizar a mobilidade da força-de-trabalho ou melhorar as condições de “empregabilidade” do trabalhador.

Mas, no que se refere às reformas estruturais, conforme afirma Peixoto (2008), foi com a adoção do Plano Real, em 1994, e posteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso, que se aprofundaram as transformações iniciadas no governo Collor. O início do Plano Real foi marcado pela estabilização da moeda e a rápida recuperação dos salários, fatores que possibilitaram a expansão do consumo, além desta ter sido impulsionada pela ampliação das importações facilitada pelo câmbio valorizado.

Nesse momento histórico, quando o desenvolvimento do modo de produção capitalista leva os trabalhadores a acreditarem que a razão de seu desemprego é a falta de qualificação de sua mão-de-obra, o governo Fernando Henrique Cardoso

um segundo texto designado “Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil”, Patrícia Ébano Peixoto (2008).

implementou o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), coordenado pelo MTb. Cêa (2004) afirma que segundo o documento do próprio Ministério do Trabalho, o PLANFOR é um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que investe em políticas “ativas” e “passivas” de trabalho, isto é, em ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada.

De acordo com Manfredi (2002), a política estratégica adotada pelo governo federal para o desenvolvimento do PLANFOR orientou-se pelos princípios de descentralização das atividades, conjunção de recursos públicos, privados e externos e na participação de múltiplos atores. Foi organizada uma Rede de Educação Profissional que articulou seis grandes conjuntos de agências formadoras: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; as universidades públicas e privadas; o chamado Sistema “S” (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE); os sindicatos de trabalhadores; as escolas e fundações de empresas; as organizações não-governamentais e a rede de ensino profissional livre.

Ainda para Manfredi (2002), o PLANFOR foi considerado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso como um mecanismo de política pública, e também foi orientado pelas diretrizes do governo federal que, no período 1995/98, priorizou o Programa Mãos à Obra e nos anos 1999/2002, o Avança Brasil. Por isso, o PLANFOR foi projeto prioritário do governo Fernando Henrique Cardoso, inserido no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2000/2003 Ministério do Trabalho e Emprego, MTE.

De acordo com Almeida (2003), as ações do PLANFOR eram voltadas, principalmente, para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Desse modo, o Plano previa como linhas estratégicas de ação, a qualificação/requalificação de trabalhadores jovens e adultos e a sua formação continuada, como uma forma de superar a visão predominante de “treinamento”.

A busca por qualificação tornou-se uma obsessão para os trabalhadores na perspectiva de manter o emprego. Para Carvalho (2003), a partir do momento que se passou a exigir um nível educacional mais alto, a qualificação da força de trabalho tornou-se elemento de seleção de mão-de-obra para as empresas, cuja adoção acompanhou o próprio aumento do desemprego e da competitividade no

mercado de trabalho. Neste sentido, ganha destaque para a atuação do Ministério da Educação – com as escolas técnicas – e para as instituições de formação profissional – como o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT).

É significativo perceber que, no PLANFOR, a qualificação profissional se configurava em um elemento básico para o desenvolvimento sustentado com equidade social (MTE, 2000). Assim, os objetivos do Plano se estruturavam segundo a oferta de educação profissional em uma perspectiva continuada, de modo a contribuir para a redução do desemprego e do subemprego da População Econômica Ativa (PEA), combater a pobreza e a desigualdade social, além de aumentar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. Esses objetivos foram ratificados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) na Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000 e estiverem presentes até no último Guia de Avaliação do PLANFOR, elaborado em 2001. (Guia do PLANFOR, 2001).

Desse modo, Cêa (2004) observa que o governo Fernando Henrique Cardoso buscou, por meio das sucessivas reformas, a constituição de um estado mínimo que atuasse apenas como regulador e, mesmo assim, somente nos setores que foram redefinidos como estratégicos, reduzindo a forma de atuação do estado. Nesse contexto, o direcionamento da política macroeconômica do Brasil, atrelada aos movimentos de acumulação financeira internacional, proporcionou a reestruturação do mercado de trabalho no país.

A estrutura do PLANFOR serviu de instrumento basilar do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do governo Lula. Segundo Cêa (2007), na busca de enfrentar a crise e os problemas apresentados pelo PLANFOR, o governo Lula anunciou a necessidade de se reformular a política pública de qualificação profissional e elabora o PNQ, cujo principal objetivo era o de coordenar o desenvolvimento de ações de qualificação social, ocupacional e profissional dos trabalhadores, com ênfase na eficiência, eficácia, efetividade social e articulação com as ações de intermediação, geração de emprego e renda, certificação e orientação ocupacional. Para o estudo aqui pretendido os dois planos sedimentam as primeiras observações, pois são desenvolvidos no âmbito do Ministério do Trabalho, e permitem vislumbrar a materialidade educacional no Pronatec, no governo Dilma, inserido inicialmente no Ministério da educação.

A aproximação da qualificação profissional das demandas do setor produtivo

forjou a estrutura do PLANFOR e do PNQ. As reformas do estado nos anos 1990 condicionaram as políticas públicas de formação do trabalhador. Segundo Peixoto (2008), a estrutura dos Planos (concepção, diretrizes, objetivos, mecanismos de implementação e execução), os diferentes agentes sociais envolvidos, e a adequação à realidade local ligam-se com as perspectivas das reformas, bem como possuem trajetórias que se ajustam constantemente.

Por entre as lacunas deixadas pelo PLANFOR e as condições gerais de adequação do país às determinações neoliberais arquitetadas durante a “Era FHC”, em uma fase mais avançada e aguda em relação à desregulamentação do trabalho, o governo Lula lançou em 2003 o Plano Nacional de Qualificação Profissional (2003-2007) que fez parte do Plano Plurianual – PPA – (2004-2007), baseado em um modelo de desenvolvimento de longo prazo.

O caráter estrutural do PLANFOR serve de base para a concepção do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) no governo Lula, que fazia menção à necessidade de se promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, a começar pelo re-fortalecimento do Estado, via política pública, em diversos setores. Uma das prioridades, em termos de política pública, voltados à qualificação profissional e geração de emprego e renda foi a criação do PNQ. Segundo Peixoto (2008), esse programa se configurou em uma ação política do governo federal em conceber a qualificação profissional como direito, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável.

Peixoto (2008, p. 76) afirma ainda que o PNQ foi criado para articular diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional, colocando-se como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento.

O PNQ estruturou-se segundo o desafio de propiciar o empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, a partir do fortalecimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Nessa perspectiva, o PNQ buscou superar a condição de política compensatória e assim ajustar-se às diretrizes das políticas nacional, regional, estadual e local, como uma forma de construção social do Plano, por meio da democratização das relações de trabalho, na construção de um modelo de desenvolvimento baseado no caráter social e participativo.

O que se quer aqui, com o PLANFOR e o PNQ apenas é buscar elementos da história recente das políticas públicas instituídas nos últimos anos, durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1994/2001) e Lula (2002/2010) para pontuar algumas condições de materialidade que permitiram a implantação do Pronatec, no âmbito do Ministério da Educação.

As políticas públicas ensejadas no âmbito do governo federal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Ignácio Lula da Silva (Lula) valeram-se do discurso da qualificação (ou desqualificação), para pôr em prática projetos destinados a possibilitar teoricamente melhores condições de inserção no mercado de trabalho de uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros, e ainda, para referendar a lógica de que o cenário não era o de desemprego estrutural, arraigado nos pilares do modo de produção capitalista, mas que o que havia, de fato, era uma desqualificação da mão de obra dos trabalhadores que os impedia de assumir espaço no mercado de trabalho.

Assim como as políticas públicas dos anos 1990 para o campo do trabalho visavam a empregabilidade e a concorrência entre os trabalhadores, colocando a certificação como condição indispensável para a ocupação e manutenção de vagas formais de emprego e de uma remuneração um pouco acima da base salarial. O discurso para a educação também ganha contornos nessa direção, evocando uma “pedagogia” que estivesse alinhada com esta lógica de formação humana, calcada no indivíduo, nas “habilidades e competências”, direcionadas pelos organismos multilaterais.

A caracterização feita por Frigotto ao observar o período, questiona a lógica embutida na perspectiva de formação humana que possui como cerne a empregabilidade:

A que sentido histórico e a que necessidades respondem as concepções e políticas de educação básica e formação profissional centrada na visão das habilidades básicas, competências para a produtividade, qualidade total e competitividade? Qual o sentido da ideia de educação e formação para a empregabilidade, requalificação e reconversão profissional, dentro de uma realidade endêmica de desemprego estrutural, trabalho supérfluo em massa e das evidências empíricas que mostram que há hoje, mediante a incorporação de tecnologia, aumento de produtividade, crescimento econômico sem aumento do nível de emprego? Estas concepções e políticas não estariam formando os cidadãos passivos, não mais trabalhadores, mas colaboradores, déspotas de si mesmos em nome

da produtividade e competitividade, empregabilidade, reconversão, etc.? Em última análise, não esconderiam estas concepções e políticas uma profunda violência ideológica que passa a ideia de que o Estado burguês, e os “homens de negócio” e os seus intelectuais coletivos cumpriram seu dever oferecendo escola de qualidade total? Aqueles que não encontram emprego ou são expulsos do mercado assim o são por incompetência ou por não terem acertado as escolhas. Ou seja, as vítimas do sistema excludente viram os algozes de si mesmos (FRIGOTTO, 1998, p. 46).

Peixoto (2008) afirma que, de um modo geral, as mudanças nas políticas de qualificação resultaram na compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, separados da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-se ao economicismo do emprego. Nesse momento, a educação formal e a qualificação situam-se como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da empregabilidade. Nesse cenário que ganham força, no Brasil, as políticas de formação profissional, formuladas pelo Ministério da Educação e do Trabalho em articulação com empresários e entidades sindicais.

O discurso da qualificação voltado à condição de empregabilidade vem sendo utilizado para inculcar a ideia de que “estar desempregado” é uma condição temporária e que depois de “qualificados” os trabalhadores teriam maiores chances de ser inseridos no mercado. Este discurso vai perdendo força na medida em que, cada vez mais, os “trabalhadores qualificados” permanecem à margem do processo produtivo, servindo de pressão sobre aqueles que maximizam sua produção, sendo explorados e precarizados.

Feitas as considerações gerais sobre as gestões Fernando Henrique Cardoso e Lula e suas principais propostas voltadas à formação do trabalhador há que se considerar também, dentro da lógica do desenvolvimento capitalista que houve avanços nos indicadores sociais pela via do desenvolvimento de políticas públicas. As condições gerais de emprego e renda obtiveram melhorias significativas para os trabalhadores. O desenvolvimento político-econômico pode ser observado com os dados do IBGE, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgados em dezembro de 2013, relativos a 2012.

Percebe-se, por exemplo, segundo o IBGE (PNAD), que a realidade social do país em seis temas indicados melhorou substancialmente “Aspectos demográficos”; “Famílias e domicílios”; “Padrão de vida e distribuição de renda”; “Saúde”; “Educação” e “Trabalho”. Atentos a esses dois últimos observa-se que entre 2002 e

2012 a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos passou de 11,7% para 21,2%; entre 4 e 5 anos subiu de 56,9% para 78,2%; a proporção de jovens entre 18 e 24 anos na universidade foi de 9,8% para 15,1%. Alguns dados do trabalho também são significativos no mesmo período, 44,6% dos trabalhadores eram formalizados, este número sobe para 56,9%.

Pode-se considerar também um aumento na renda das famílias e em outros dados sociais, mas o país ainda possui 9,6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não frequenta a escola, nem trabalha, a rotulada geração “nem, nem”. Entre estes, uma parcela dos que se pretende atingir com o Pronatec, quer seja pela via dos que estão matriculados na escola, ou os que recebem seguro desemprego, ou ainda os cadastrados nos programas sociais do governo federal. Há, portanto, uma ampliação do público alvo para a implementação das políticas voltadas a qualificar a força de trabalho no Brasil.

2 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - A política pública de formação profissional

Neste espaço do texto busca-se uma apresentação inicial a respeito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, com sua construção legal, os objetivos do Programa, o público alvo a ser atendido como beneficiário, o conjunto de ações previstas pela Lei, a concessão de Bolsa Formação entre outros aspectos significativos daquilo que se pretende com a política pública.

Num segundo momento, apresenta-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, em Curitiba-PR, com a oferta de vagas pelo Programa, os cursos oferecidos, as instituições envolvidas na formação e as parcerias com o governo federal, as matrículas efetuadas, e algumas características gerais do mercado de trabalho em Curitiba-PR através de informações do Ministério do Trabalho, via, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e Rede SINE (Sistema Nacional de Emprego).

2.1 - O aparato jurídico-institucional, o programa, as parcerias e o financiamento do PRONATEC.

Aprovado no Congresso Nacional, em abril de 2011, o Projeto de Lei 1209/11 criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que compreende um conjunto de ações que visam expandir, democratizar e interiorizar a oferta de vagas na educação profissional brasileira. Segundo o Ministério da Educação à época do lançamento (2011), em sua página na internet, a meta era beneficiar três milhões de estudantes do ensino médio da rede pública e trabalhadores com a oferta de cursos técnicos e profissionais (estes dados são interessantes para compará-los com os posteriores a serem tratados aqui).

As capacitações seriam ofertadas pela rede federal de educação profissional e tecnológica, pelas redes estaduais de educação, pelo Sistema S, redes privadas de educação e entidades privadas sem fins lucrativos.

Estas características centrais podem ser observadas entre os objetivos da Lei, corpo do texto atualizado em 2013:

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013) (BRASIL, 2011).

A expansão da rede federal conta com cerca de 600 unidades escolares administradas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil alunos em todo país. No caso Paranaense, o Campus Curitiba, do Instituto Federal do Paraná será a principal instituição de coordenação das ações junto a Secretaria Estadual de Educação. Além disso, está prevista no programa Brasil Profissionalizado, inserido no PDE, a expansão das redes estaduais de educação profissional em concomitância com o ensino médio.

Entre os objetivos desta política, como foi dito, está a “expansão e democratização” da oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Para isso, se tornou fundamental a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, das redes estaduais, através do programa Brasil Profissionalizado, o que possibilitou beneficiar um número cada vez maior de estudantes e trabalhadores em várias áreas e possibilidades de formação.

Em relação ao público alvo do Pronatec temos uma variedade possível muito grande, pois sua abrangência visa oportunizar a todos que não tiveram condições de escolaridade, física, social, econômica, geográfica ou histórica, ou seja, um grande número de estudantes e trabalhadores que buscam um espaço para poder ter uma formação que propicie um espaço no mercado de trabalho. Porém, há critérios para a definição prioritária de atendimento, entre estes a Lei define:

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores; III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV - estudante

que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. § 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. § 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física. § 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. § 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013) (BRASIL, 2011).

Com esta configuração o Programa consegue uma capilaridade sem precedentes na história do país e para isso os recursos empreendidos no programa também ganham monta. De acordo com o Ministério da Educação para o financiamento o Pronatec conta com recursos do próprio orçamento, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Sistema S e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sendo que estes recursos serão repassados pela União e direcionados a construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além de formação de professores.

Segundo o Ministério da Educação, em sua página na internet, o Pronatec busca ampliar a oferta de educação profissional aos brasileiros por meio de uma série de subprogramas (iniciativas), ações e projetos. Dentre estes a Bolsa-Formação, o FIES Técnico, o Brasil Profissionalizado, o E-TEC Brasil, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a oferta de vagas gratuitas pelo Sistema “S”. Este é um desenho do que, segundo informações contidas no Portal do Ministério da Educação, se propõe com o Pronatec, e vem sendo efetivado.

Os debates estão sendo travados em várias instâncias da sociedade que lidam com a questão educacional. No site da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), encontram-se 36 textos com o tema vinculado a educação profissional e destes apenas três tratam do Pronatec. Essa organização, ANPED, em audiência com o então, Ministro Fernando Haddad, a época do lançamento do programa, trouxe à baila através do documento “Carta ao

Ministro sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio” (DCN EPT), o debate específico sobre as diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio, sobre as concepções e princípios defendidos no Conselho Nacional de Educação.

A preocupação principal, descrita no documento entregue ao Ministro, volta-se a questão da separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, sobre a não incorporação dos pressupostos filosóficos e educacionais que sustentam a formação integrada prevista pelo Decreto n. 5.154/04; Ainda sobre a ênfase na centralidade da educação profissional na dimensão econômica, tomando o mercado como instrumento regulador da sociabilidade humana; e por fim, sobre o debate a cerca do currículo centrado na pedagogia das competências que aponta para uma organização curricular fragmentada, caracterizada pelas saídas intermediárias, podendo resultar em precarização da formação.

O arcabouço jurídico do Pronatec e todo processo de tramitação podem ser observados no site da Câmara dos Deputados, onde há um acompanhamento dos caminhos de construção da legislação, desde o Projeto de Lei 1209/2011 até a aprovação da Lei 12.513/2011 e aditivos posteriores nas emendas específicas, o projeto teve como relator o deputado Antônio Carlos Biff. No presente texto, a utilização da lei permite o conhecimento do amparo para as execuções e desenvolvimento das ações:

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras: I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; (BRASIL, 2011).

A oferta de bolsa-formação será um diferencial em relação às proposições anteriores de políticas públicas de qualificação profissional, onde questões básicas impediam a continuidade dos cursos pelos beneficiários. Questões vinculadas ao transporte, a renda, a material didático, alimentação, entre outras, que poderiam perfazer óbices para os beneficiários e para o desenvolvimento do programa, buscou-se saná-las ou minimizá-las com a oferta do bolsa-formação, como descreve o Parágrafo Primeiro:

A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013) § 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. § 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa (BRASIL, 2011).

A problemática é mais ampla do que o incremento possibilitado pelas bolsas, pois elas mensuradas em relação aos salários, mesmo o salário mínimo, tornam-se valores a menor, que dificilmente conseguem possibilitar manutenção e consumo dos jovens estudantes que são cooptados pelas regras de mercado e de consumo, já que com o aumento da oferta de empregos, que necessitam de baixa qualificação e que as próprias empresas buscam preparar basicamente para as suas atividades cotidianas, formando seu corpo coletivo de trabalho no próprio estabelecimento, dificultam a matrícula, permanência e conclusão dos alunos nos cursos em horários específicos, especialmente em horários comerciais.

Seguindo no corpo da Lei e de suas garantias para a realização das ações do Pronatec, no artigo 4º, tem-se o financiamento da educação profissional e tecnológica, pode ser contratado pelo estudante, modelo semelhante ao FIES, ou mesmo pelas empresas para a formação de seus funcionários, o que facilita o carreamento de recursos públicos para a iniciativa privada.

Quando se considera a estrutura educacional brasileira em níveis e modalidades, o Pronatec adequa suas habilitações e carga horária mínima exigida (160 horas) para a formação nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, inseridos na modalidade de educação profissional e tecnológica. Ainda dentro destes, os de educação técnica de nível médio submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Na forma da Lei tem-se:

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos: I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (...) II - de educação profissional técnica de nível médio; e (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013) (...) § 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação. § 3º (VETADO na Lei nº 12.816, de 5/6/2013) III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal. (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013) (BRASIL, 2011).

Sobre o financiamento a legislação impinge ao governo federal viabilizar procedimentos de transferência de recursos financeiros, em sua “dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos e entidades, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual” (BRASIL, 2011) Os recursos do Pronatec foram gradativamente aumentados nos anos de 2012 e 2013, o que denota uma valorização, pelo governo federal, desta política, que cambaleia em muitos aspectos, financeiro, organizacional, de amplitude e capilaridade. A Lei permite ver este movimento.

Quando observado a assimilação de novos preceitos legais com emendas aditivas o Pronatec passa a ganhar corpo, empoderar-se como política pública, tornando-se uma das principais bandeiras do governo Dilma. No movimento da base legal se tem gradativas ações regulamentando e ampliando as ações: Ainda em 2011, a Portaria Nº 1.568, de 3 de novembro, aprova o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país.

No arcabouço jurídico ganhou um adendo que permitiu uma mudança significativa alterando as regras do Seguro Desemprego, Decreto Nº 7721, de 16 de abril de 2012, dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência

financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas.

As definições de 2013 no campo legal apontam para o maior valor dado a política pública Pronatec, a Resolução Nº 8, de março de 2013:

Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013 (BRASIL, 2011).

Outro exemplo é a Resolução Nº 7, de março de 2013, que estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego, bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013. A Resolução Nº 6, de 12 de março de 2013, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de critérios orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando a oferta de Bolsa-Formação.

A Bolsa-Formação regulada pela Portaria Nº 168, de 07 de março de 2013, a Portaria Nº 161, de 06 de março de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica e a Portaria Nº 160, de 05 de março de 2013, que trata sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Pronatec. Todos estes arranjos são exemplos do movimento da Lei para tornar essa política uma referência governamental para manter-se no poder.

2.2 - O PRONATEC em Curitiba: a oferta, os cursos, as vagas, as matrículas e demandas.

A cidade de Curitiba, conhecida internacionalmente pela capacidade de implementação de políticas públicas em diversas áreas como transporte, meio-

ambiente, turismo, urbanismo, saúde e educação pública, muitas delas com bom atendimento a demanda social, vem crescendo em números e dados estatísticos, quer seja no aspecto populacional, econômico ou de importância no cenário nacional. Junto a este crescimento, são carreadas novas necessidades em todas as direções e as respostas governamentais, quer no âmbito municipal, ou estadual não dão conta de responder ao enfrentamento social, político e econômico posto neste momento histórico.

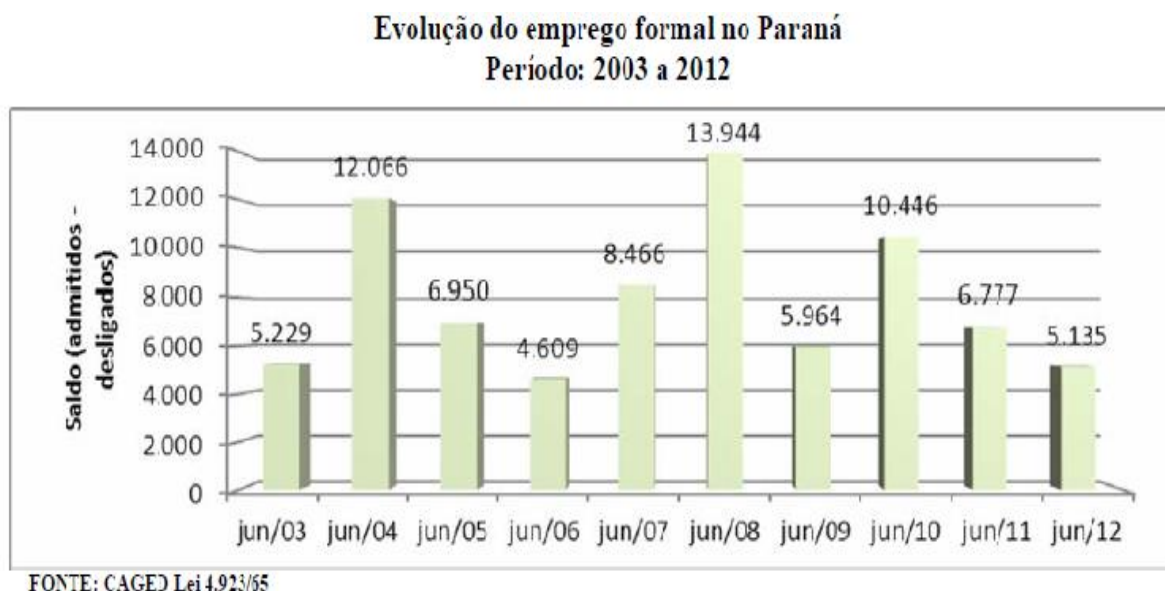
Apesar disso, os dados estatísticos, considerando a história do país, das diversas regiões e às mazelas sociais, por vezes são mais “gritantes” em outros entes federados. A capital paranaense serve de referência para observar características mais gerais de uma política pública federal em âmbito local. Pretende-se aqui observar campos específicos como o do mercado de trabalho e suas questões associadas, emprego, renda, postos de trabalho, setores econômicos e demandas neste campo.

No campo educacional há uma boa referência do espaço voltado à formação e qualificação da mão-de-obra, as instituições, os cursos de formação, as áreas com maior necessidade, as áreas pouco atendidas, os sujeitos da formação e a lógica que a direciona. Portanto, o propósito é o de buscar compreender, em Curitiba-PR, o movimento da principal política pública de educação profissional e tecnológica do governo Dilma Rousseff e em alguma medida, a efetividade das ações do Pronatec. Sua implementação, o desenvolvimento das ações destinadas a efetivação da mesma, para, a partir da realidade local, buscar reflexões sobre o “todo nacional” desta política, o que intui e o que representa construir um parâmetro de análise para reflexão/avaliação/pesquisa dos resultados da política.

No campo do trabalho busca-se apontar algumas características gerais do emprego, das áreas de ocupação profissional e setores econômicos para traçar um paralelo entre o ofertado na educação e a carência do mercado. Porém, isso possui algumas fragilidades para o estudo, pela dificuldade, ou quase impossibilidade de afirmação, que as vagas foram ocupadas por concluintes dos cursos do Pronatec.

A procura agora é de intercalar, o mercado de trabalho com as ofertas do programa. Para tanto, buscando informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED - Lei 4.923/65), onde se encontra a síntese do comportamento do mercado de trabalho formal. No estado do Paraná, em junho de 2012, foram criados 5.135 empregos com base na Consolidação das Leis

Trabalhistas (CLT), com destaque para o setor de Serviços (2.634 postos), Comércio (1.240 postos) e Indústria de Transformação (1.192 postos). O que possibilitou um montante de 112.877 postos de trabalho, crescendo 4,56% no nível de emprego (CADEG, 2012):



Quando se considera o estado do Paraná como um todo, o saldo é positivo em toda série histórica, 2003-2012, assim como no estado, na capital, Curitiba, os reflexos seguem a mesma tendência de crescimento do número de postos. Mas o ponto principal a ser caracterizado aqui diz respeito ao crescimento dentro dos setores de atividade econômica, onde se percebe a geração de empregos em relação aos cursos ofertados pelo Pronatec:

Comportamento do emprego segundo Setores de Atividade Econômica:

Setores de Atividade Econômica	Saldo de Junho de 2012	
	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	66	0,97
Indústria de Transformação	1.192	0,17
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	134	0,49
Construção Civil	-833	-0,52
Comércio	1.240	0,20
Serviços	2.634	0,29
Administração Pública	293	0,82
Agropecuária	409	0,36
Total	5.135	0,20

Fonte: Caged, Lei 4.923/65

Segundo o CAGED (2012), Curitiba, neste mesmo período considerado, junho 2012, em relação a evolução do emprego, levando em conta os municípios

com mais de 30.000 habitantes, fica em segundo lugar na criação de postos de trabalho, perdendo apenas para São José dos Pinhais, quando considerado o valor absoluto. A capital teve um total de 37.306 admitidos e 36.914 demitidos, com saldo de 392 postos de trabalho.

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 30.000 HABITANTES
DO ESTADO DO PARANÁ
PERÍODO: JUNHO DE 2012**

POSIÇÃO NO RANKING	MUNICÍPIO	ADM	DESL	SALDO	VAR REL %
1º	SAO JOSE DOS PINHAIS	4.992	4.363	629	0,66
2º	CURITIBA	37.306	36.914	392	0,05
3º	FOZ DO IGUAÇU	2328	2041	287	0,56
4º	PARANAVAI	1.094	830	264	1,28
5º	PINHAIS	2347	2140	207	0,52

Este quadro de pequeno crescimento no emprego no estado do Paraná reflete o pequeno crescimento do país como um todo em 2012. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,9%, com queda de -2,5% indústria de transformação, -2,3% na produção agropecuária, - 0,8% na indústria, - 1,1% extrativismo mineral, e aumento de +1,7% nos serviços, +1,4% construção civil, +3,6% produção e distribuição de eletricidade, gás e água (IBGE, 2012).

A movimentação da rede SINE para o ano de 2012 aponta o Paraná 445.573 trabalhadores inscritos 369.209 vagas captadas, 758.661 trabalhadores encaminhados para entrevistas, 118.524 trabalhadores colocados, 235.880 requerentes, totalizando 2.271,587 atendimentos. Considerando os trabalhadores colocados, o Paraná obteve a maior quantidade em valores absolutos, caracterizando um aumento de postos de emprego (SINE, 2012). Considerando a movimentação do CAGED, com o filtro fazendo a triagem para Curitiba, em todos os setores e subsetores, as admissões chegam a 459.723 (CAGED, 2012). O primeiro quadro abaixo traz a Movimentação da Rede SINE e o subsequente refere-se ao painel de triagem possibilitado pelo portal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, inserido no portal do Ministério do Trabalho e Emprego.

Movimentação da Rede SINE

Movimentação da Rede SINE							
Período - Janeiro a Dezembro de 2012							
UF	Trabalhadores Inscritos	Vagas Captadas	Trabalhadores Enc. para entrevistas	Trabalhadores Colocados	Requerentes SD	Alteração Cadastral	Total
Acre	15.480	2.362	4.019	947	18.480	12.176	53.484
Alagoas	64.854	35.047	31.608	14.973	55.761	50.163	252.406
Amapá	15.595	4.175	5.223	384	104.763	10.278	140.418
Amazonas	107.014	32.556	37.587	7.526	13.802	78.670	277.155
Bahia	438.173	124.825	310.666	56.074	400.691	343.195	1.673.624
Ceará	175.719	154.876	284.207	82.671	189.678	123.846	1.010.997
Distrito Federal	116.958	62.227	126.265	11.476	101.450	92.764	511.140
Espírito Santo	102.371	58.556	93.387	5.640	100.704	82.606	443.264
Goiás	234.556	110.615	222.378	18.660	258.868	191.586	1.036.663
Maranhão	77.232	9.182	18.149	3.341	83.891	60.546	252.341
Mato Grosso do Sul	73.220	42.393	98.540	16.198	741.476	56.461	1.028.288
Mato Grosso	108.657	59.304	103.447	20.440	67.828	86.315	445.991
Minas Gerais	644.931	252.583	668.964	65.463	107.477	521.517	2.260.935
Pará	127.375	12.495	20.098	4.379	100.560	93.407	358.314
Paraíba	68.798	23.028	36.738	5.402	57.332	51.961	243.259
Paraná	445.573	369.209	758.661	118.524	235.880	343.740	2.271.587
Pernambuco	179.341	66.794	163.785	17.508	41.279	140.303	609.010
Piauí	40.243	7.058	7.026	1.743	464.362	31.854	552.286
Rio de Janeiro	302.461	266.072	290.672	39.406	176.102	195.007	1.269.720
Rio Grande do Norte	64.340	9.296	18.688	1.466	76.496	54.369	224.655
Rio Grande do Sul	416.994	139.441	269.164	29.244	46.218	349.641	1.250.702
Rondônia	40.858	15.090	34.205	6.125	5.192	23.333	124.803
Roraima	8.580	2.694	8.916	2.258	464.135	5.572	492.155
Santa Catarina	195.117	80.387	148.165	16.794	209.704	164.915	815.082

Fonte: SINE, 2012.

Movimentação do CAGED

Perfil do Município							
Δ7	Δ7	Δ7	Δ7	Δ7	Δ7	Δ7	Δ7
Movimentação agregada	Município	%	Micro Região	%	UF	%	Brasil
1) Admissões	450.723	70,74	640.866	20,80	1.542.503	2,25	20.432.039
2) Desligamentos	441.958	69,80	633.202	30,10	1.468.420	2,25	19.563.798
Nº Emp. Formais - 1º Jan/2013	722.663	70,24	1.028.793	28,01	2.580.366	1,83	39.547.080
Total de Estabelecimentos	144.203	71,37	202.045	22,94	628.480	1,80	8.002.281
Variação Absoluta	17.765		16.664		74.173		868.241

Fonte: CAGED, 2012.

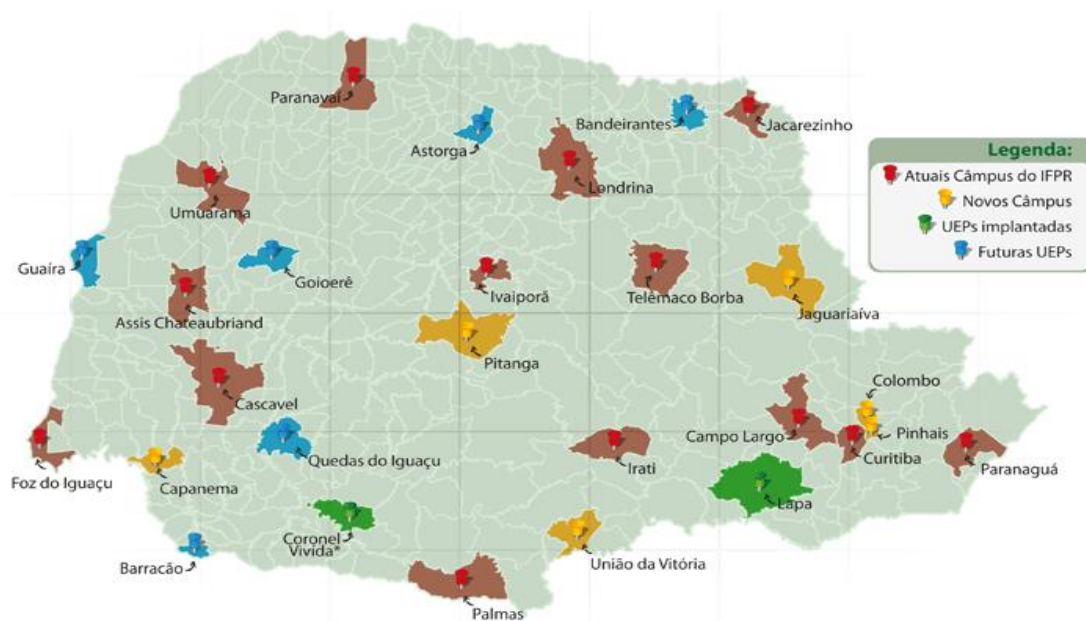
As diversas formas de constituir quadros de emprego e desemprego no país levam em consideração, variáveis e critérios extremamente diferentes, bem como os instrumentos e a metodologia, apesar de na “aparência” tentar retratar um movimento semelhante. Assim, o SINE, o CAGED, o IPARDES e o IBGE, entre outros, possuem condições diversas que vislumbra apontar dados estatísticos que

fotografam a realidade. Porém, o tratamento dado a estas fontes pode, em alguma medida, tornar-se um impeditivo, por não se tratar daquilo que realmente se pretende confrontar.

A questão do emprego, dos setores econômicos confrontados com as demandas do mercado de trabalho podem apontar tendências, em relação ao que os governos pretendem possibilitar em termos de formação. Porém, a não ser pelo encaminhamento direto após os cursos, pelas instituições formadoras, poderia se constituir um quadro comparativo que permitiria inferir sobre o sucesso de uma política pública no que tange a colocação no mercado. A questão da formação pelo Pronatec, o IFPR tornou-se referência.

O Instituto Federal do Paraná, criado pela Lei 11.892/2008, instituição pública federal vinculada ao MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com autonomia administrativa e pedagógica, oferta educação básica e superior, com cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica. Com boa capilaridade no estado do Paraná conseguiu dentro da expansão da Rede Federal, no governo Lula e Dilma, interiorizar e expandir suas ações, atendendo a mais de 40 mil alunos presenciais e EAD. Possui, em 2013, 76 cursos técnicos presenciais e 3 especializações EAD.

O Portal do IFPR na internet afirma que o projeto de implantação das Unidades de Educação Profissional (UEPs) favorece a oferta de ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada e de educação a distância, pois atende prioritariamente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, inicialmente em 8 municípios Astorga, Goioerê, Quedas do Iguaçu, Coronel Vivida, Barracão, Bandeirantes, Guaíra e Lapa. O plano de expansão do Governo Federal ao seu final prevê oferta de 20 mil vagas presenciais e 50 mil na modalidade à distância.



Fonte: IFPR

A interiorização e democratização, previstos no Pronatec, ganham materialidade, como pode ser observado no mapa acima abarcando as diversas regiões do estado do Paraná. Consequentemente o Pronatec avança com especificidades categorizadas pelos próprios municípios, suas agências do trabalhador e setores produtivos, indicando setores de maior necessidade de mão-de-obra e suas carências.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego coordenado na região pelo IFPR, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, através dos Núcleos Regionais, do Sistema “S” e outras instituições demandantes organizaram um quadro das ações em 2012. Este quadro é extremamente significativo para a percepção do caminho seguido pelo Pronatec.

Em 2012, em todo o Paraná, foram ofertados 4.896 vagas, segundo o Relatório de Gestão do IFPR, em 14 *Câmpus*, o que corresponde a 39,5% das vagas pactuadas. Consta do referido relatório a ampliação das parcerias e a capilaridade dentro do estado do Paraná, porém a perspectiva que se tinha inicialmente para 2012 era pequena, conforme consta do quadro abaixo:

A atuação no IFPR no âmbito do Pronatec reforçou as iniciativas que já ocorrem para o estabelecimento de diversas parcerias com instituições públicas e privadas nos diferentes contextos. Dentre as parcerias do cotidiano institucional, o IFPR intensificou sua articulação com o MTE, MDS, MD, Mtur, SEED, SETS, SEDS, SETU,

Secretaria do Trabalho do Município de Curitiba. Para 2013, já houve uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA para realização do Pronatec no campo. Houve uma articulação constante entre as instituições, o que possibilitou a participação em reuniões de discussão, planejamento e troca de experiências no tocante às questões de encaminhamento solicitadas pelo Programa. Em função do interesse público, os Câmpus do IFPR também articularam com outras instituições que de alguma maneira contribuíram com o desenvolvimento das atividades do Programa nas suas cidades e regiões vizinhas. Esse processo de articulação com essas instituições demandou um esforço compartilhado, considerando a complexidade de cada instituição, para que fosse possível viabilizar as ações até o presente momento e antecipar as adequações para a implantação e desenvolvimento do programa (Relatório de Gestão, 2012).

As parcerias realizadas pelo Instituto Federal do Paraná com os diversos Ministérios do Governo Dilma Rousseff, apontam a modificação de prioridades, ou uma ampliação do valor que agregava o Pronatec em seus primeiros passos, em relação àqueles posteriores, quando a política pública se transforma em uma das peças centrais no tabuleiro político nacional, dada a conjuntura posta.

Instituição demandante	Curso	Vagas	Idade	Turno	Escolaridade
IFPR	Técnico em Eletromecânica	40	16 anos	manhã	Ensino Médio
IFPR	Técnico em Contabilidade	40	16 anos	tarde	Ensino Médio
SENAI CIC	Técnico em Eletrotécnica	32	16 anos	manhã	Ensino Médio
SENAI Boqueirão	Técnico em Logística	80	16 anos	manhã	Ensino Médio
SENAI CIETEP	Técnico em Telecomunicações	40	16 anos	manhã	Ensino Médio
SENAC	Técnico em Enfermagem	55	17 anos	manhã	Ensino Médio
SENAC	Análise Clínicas	25	17 anos	manhã	Ensino Médio

Fonte: IFPR / Senai (<http://senaipr.org.br/pronatec/>).

O quadro seguinte reflete e dimensiona a potencialização do Pronatec pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR):

Tabela 22 - Cursos ofertados no Câmpus Curitiba.

Curso	Pactuação	Carga Horária	Vagas Ofertadas	Matrículas efetivadas
Administrador de Redes	2011	200	30	21
Agente de Informações Turísticas	2011/2012	160	80	26
Alfabetização Avançada em Língua Portuguesa, Matemática, Tecnologia e Empreendedorismo	2011/2012	240	60	31
Assistente de Obras	2011/2012	200	80	26
Assistente de Produção	2011/2012	160	80	89
Assistente de Projeto Visual Gráfico	2011/2012	160	80	--

Auxiliar de Agenciamento de Viagens	2011/2012	200	80	37
Auxiliar de Crédito e Cobrança	2011	160	40	43
Auxiliar de Faturamento	2011/2012	160	80	62
Auxiliar de Operações em Logística	2011/2012	160	80	126
Auxiliar de Pessoal	2011/2012	160	80	105
Auxiliar de Tesouraria	2011/2012	160	80	34
Auxiliar em Administração de Redes	2012	200	30	--
Auxiliar em Web Designer	2012	160	40	42
Camareira em Meios de Hospedagem	2012	160	40	--
Comprador	2011/2012	160	80	27
Cuidador de Idoso	2011	160	40	23
Cuidador Infantil	2011	160	40	--
Desenhista da Construção Civil	2011/2012	200	80	60
Desenhista de Móveis	2011/2012	160	80	27
Desenhista de Produtos Gráficos Web	2012	160	40	28
Desenhista Mecânico	2011	200	40	41
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	2011/2012	200	60	117
Fotógrafo	2011/2012	190	110	203
Higienista de Serviços de Saúde	2011/2012	240	80	37
Instalador de Rede de TV a cabo e via satélite	2011/2012	160	60	46
Instalador e Reparador de Equipamentos de Transmissão em Telefonia	2011/2012	160	60	--
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	2011	160	30	--
Massagista	2011/2012	240	160	169
Mecânico e Manutenção em Motores Ciclo Otto	2011/2012	260	60	--
Mensageiro	2011/2012	160	80	--
Monitor de Recreação	2011/2012	160	120	24
Montagem e Manutenção de Computadores	2011/2012	160	60	59
Operador de Áudio	2011/2012	200	90	--
Operador de Câmera	2011/2012	250	60	--
Operador de Computador	2011/2012	160	60	92
Operador de Telemarketing	2011/2012	160	80	--
Pedreiro de Alvenaria	2011	160	40	26
Pedreiro de Alvenaria Estrutural	2011	160	40	--
Programador de Sistemas	2011/2012	200	60	45
Programador Web	2011/2012	200	60	--
Receptionista	2011/2012	160	80	78
Receptionista de Eventos	2011/2012	160	80	69
Receptionista em Meios de Hospedagem	2012	160	40	--
Salgadeiro	2011/2012	160	80	32
Trabalhador Doméstico	2011/2012	160	80	--
Técnico Concomitante em Contabilidade	2012	1200	40	40
Técnico Concomitante em Eletromecânica	2012	1200	40	42
Auxiliar Administrativo	*	160*	80*	114
Eletricista Industrial	*	300*	40*	30
TOTAL	--	--	3170	2075
* Não houve pactuação para o curso.				

Fonte: IFPR / Relatório de Gestão 2012.

Se a percepção da relação entre os cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o encaminhamento para o mercado de trabalho não se faz de forma automática, outras questões vão ganhando evidência e podem ser constatadas no cruzamento de dados sobre o Pronatec em 2012 e 2013. Como, por exemplo, o fato de um total de pactuações, com 12.320 vagas ofertadas, um número baixo de matrículas efetivadas num total de 4.896, o que corresponde como foi afirmado a um total de 39,74%. Isso aponta para alguma fragilidade inicial do programa. Percebe-se ainda, que não se questiona o número de alunos concludentes, é abordado o total de matrículas, o que gera outra impossibilidade de levantamento, quantos alunos concluíram os cursos em 2012.

Há um levantamento geral, no Relatório de Gestão IFPR 2012, uma exigência pública cobrada legalmente e exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas não consta a especificidade do programa, dos gastos separados por ações do IFPR. São dados expressivos do montante de recursos gerenciados pela instituição, dos cálculos que aferem a eficiência e eficácia do gasto público, mas para o tema aqui proposto não é específico.

Total de pactuações e ofertas

Tabela 33 – Total de pactuações e ofertas.

Vagas Ofertadas	Matrículas efetivadas	% de oferta
12.320	4.896	39,74

Fonte: IFPR / Relatório de Gestão 2012.

De forma hipotética poder-se-ia sugerir alguns motivos para a baixa ocupação das vagas e adesão ao programa: divulgação, desinteresse, erro no público alvo, valor das bolsas, qualidade duvidosa dos cursos, pouca perspectiva de mercado de trabalho? As razões poderiam ser várias, porém, por hora, basta o fato de não se chegar a ocupar mais da metade das vagas.

O IFPR em seu Relatório de Gestão 2012 destaca que a assistência estudantil proporcionada aos alunos do Pronatec, foi realizada em caráter excepcional na forma pecuniária através de transferência bancária. Segundo o Instituto, respeitando o inciso III, Art. 5º Res. 04/2012 do FNDE, esta sistemática foi

adotada em função da não efetivação de processo licitatório, para transportes e lanche. Então para cada aula de 60 minutos, foi pago o valor de R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) para lanche e transporte. Além disso, os beneficiários receberam material escolar, apostila do curso e uniforme.

Para a divulgação, a Coordenação Geral do Programa no IFPR contou com apoio dos parceiros demandantes em seus sites, com links diretos e uma página específica no endereço www.ifpr.edu.br/pronatec, reuniões presenciais e Web Conferências com coordenadores adjuntos e demais integrantes das equipes nos Campus do IFPR.

Comparando dois anos sucessivos de seu desenvolvimento, nota-se que, em 2012, pelo Pronatec foram ofertadas em Curitiba, inicialmente 312 vagas no total, em 07 cursos com a coordenação do IFPR e parceiros ofertantes. Os dados seguintes, relativos ao quantitativo de vagas, ao número de cursos e beneficiários atendidos, nos novos caminhos seguidos pelo Pronatec, em 2013, saltam aos olhos, pela ampliação significativa do programa e de suas perspectivas, quer seja na sua envergadura ou mesmo na representação para o governo Dilma Rousseff. A oferta de cursos para Curitiba, em 2013, através do Pacto Brasil Sem Miséria, pactuadas pelo Pronatec chega a 49 cursos, e um total de 1.924 vagas:

Pronatec Brasil Sem Miséria - Vagas pactuadas para 2013

Estado	Município	Quantidade de Cursos	Quantidade de Vagas	Cursos Ofertados
PR	CURITIBA	49	1.924	AGENTE AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE, ALFAIATE, ALMOXARIFE, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AUXILIAR DE CRÉDITO E COBRANÇA, AUXILIAR DE IMPRESSÃO OFFSET, CABELEIREIRO ASSISTENTE, CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL, CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM, COBRADOR DE ÔNIBUS COLETIVO URBANO, CONFECCIONADOR DE BOLSAS EM TECIDO, CONFECCIONADOR DE VESTUÁRIO DE COURO, CONFEITEIRO, CUIDADOR DE IDOSO, DEPILODORA, DESENHISTA DE MODA, DESENHISTA MECÂNICO, EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO, ENCANADOR, INSTALADOR PREDIAL, ESPANHOL BÁSICO, ESTILISTA, GESSEIRO, INGLÊS BÁSICO, INSTALADOR E REPARADOR DE LINHAS DE TELECOMUNICAÇÃO, INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES, LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO, MANICURE E PEDICURE, MANIPULADOR DE ALIMENTOS, MAQUIADOR, MASSAGISTA, MASSEIRO, MECÂNICO DE MOTORES A DIESEL, MECÂNICO DE SISTEMAS DE FREIOS, SUSPENSÃO E DIREÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MODELISTA, MONITOR DE SISTEMAS ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES, OPERADOR DE COMPUTADOR, OPERADOR DE EMPILHADEIRA, PADEIRO, PRODUTOR DE QUEIJO, PROMOTOR DE VENDAS, RECEPCIONISTA, RECEPCIONISTA DE EVENTOS, SHIATSUTERAPEUTA, SOLDADOR NO PROCESSO MIGMAG, TALHADOR DE TECIDOS, VITRINISTA

Fonte: MDS / Relatório de Gestão 2012.

O crescimento das vagas fica mais evidente quando apenas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Brasil Sem Miséria, o governo da presidenta Dilma Rousseff, disponibiliza 1.924 vagas em 49 diferentes cursos para 2013.

Na Rede Estadual de Ensino, segundo o Núcleo Regional de Educação, as

instituições que ofertam ensino profissional em Curitiba, o fazem no formato integrado (Ensino Médio com Ensino Técnico) ou subsequente (Somente Ensino Técnico, após a conclusão do Ensino Médio), conforme consta da relação abaixo:

Instituição	Curso	Oferta
Colégio Estadual do Paraná	Secretariado	Subsequente
Colégio Estadual Lamenha Lins	Secretariado	Integrado
Colégio Estadual Pedro Macedo	Secretariado	Integrado
Colégio Estadual Rio Branco	Secretariado	Integrado
Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi	Secretariado	Integrado
Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Brasília Vicente de Castro	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro	Administração	Subsequente
Colégio Estadual Domingos Zanlorenzi	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Administração	Subsequente
Colégio Estadual Hildebrando de Araújo	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual José Guimarães	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Lamenha Lins	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Leônicio Correia	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Loureiro Fernandes	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Natália Reginato	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Padre Silvestre Kandora	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Pedro Macedo	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Pinheiro do Paraná	Administração	Subsequente
Colégio Estadual Francisco Zardo	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Maria Aguiar Teixeira	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Rio Branco	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Santa Cândida	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Santos Dumont	Administração	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Julia Wanderley	Turismo	Integrado
Colégio Estadual Pinheiro do Paraná	Turismo	Integrado
Colégio Estadual São Pedro Apóstolo	Enfermagem	Subsequente
Colégio Estadual Guido Straube	Enfermagem	Subsequente
CEEP - Centro Est. Educ Profissional de Curitiba	Meio Ambiente	Integrado
Colégio Estadual Francisco Zardo	Meio Ambiente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Homero Baptista Barros	Meio Ambiente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Paulo Leminski	Meio Ambiente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Prof. Elysio Vianna	Meio Ambiente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Informática	Subsequente
Colégio Estadual Francisco Zardo	Informática	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Maria Aguiar Teixeira	Informática	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Pedro Macedo	Informática	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Alcindo Fanaya Junior	Informática	Subsequente
Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto	Informática	Integrado
Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard	Informática	Integrado
Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro	Formaç Docente	Integrado
Inst. de Educ. do Pr. Prof. Erasmo Pilotto	Formaç Docente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Paulo Leminski	Formaç Docente	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Brasília Vicente de Castro	Seg do Trabalho	Subsequente
Colégio Estadual Loureiro Fernandes	Seg do Trabalho	Subsequente
Colégio Estadual Paulo Leminski	Seg do Trabalho	Subsequente
Colégio Estadual Pedro Macedo	Seg do Trabalho	Subsequente
CEEBJA Paulo Freire (PROEJA)	Seg do Trabalho	PROEJA
Colégio Estadual Jose Guimarães	Logística	Subsequente
Colégio Estadual Julio Mesquita	Logística	Subsequente

Colégio Estadual Lamenha Lins	Logística	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Dirce Celestino do Amaral	Logística	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Santa Cândida	Logística	Subsequente
Colégio Estadual Natália Reginato	Logística	Subsequente
Colégio Estadual Julio Mesquita	Recur Humanos	Subsequente
Colégio Estadual Lamenha Lins	Recur Humanos	Integrado
Colégio Estadual Leôncio Correia	Recur Humanos	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Dirce Celestino do Amaral	Recur Humanos	Subsequente
Colégio Estadual Rio Branco	Recur Humanos	Subsequente
Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro	Recur Humanos	Subsequente
Colégio Estadual Hildebrando de Araújo	Recur Humanos	Subsequente
Colégio Estadual Leôncio Correia	Contabilidade	Subsequente
Colégio Estadual Rio Branco	Contabilidade	Subsequente
Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral	Contabilidade	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Edificações	Integrado/ Subsequente
CEEP/Centro Est. Educ Profissional de Curitiba	Edificações	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Julio Mesquita	Tran Imobiliárias	Subsequente
Colégio Estadual Leôncio Correia	Tran Imobiliárias	Subsequente
Colégio Estadual Rodolpho Zaninelli	Mecânica	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual Loureiro Fernandes	Química	Integrado
CEEP - Centro Est. Educ Profissional de Curitiba	Química	Integrado/ Subsequente
CEEP - Centro Est. Educ Profissional de Curitiba	Eletromecânica	Integrado/ Subsequente
CEEP - Centro Est. Educ Profissional de Curitiba	Eletrônica	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Arte Dramática	Integrado/ Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Pro Áudio/Vídeo	Subsequente
Colégio Estadual do Paraná	Prótese Dental	Integrado
Colégio Estadual do Paraná	Saúde Bucal	Subsequente
Colégio Estadual Profª Julia Wanderley	Nutrição/Dietétic	Subsequente
Colégio Estadual Profª Julia Wanderley	Alimentos	Integrado
Colégio Estadual Pedro Apóstolo	Farmácia	Subsequente
Colégio Estadual Guido Straube	Cuidados/Idosa	Subsequente
CEEBJA Paulo Freire	Téc. Seg. Trab.	PROEJA EM
CEEP Curitiba	Téc. Eletromec..	PROEJA EM
CEEP Curitiba	Téc. Edificações	PROEJA EM
CE. Profª. Julia Wanderley	Téc. Nutrição	PROEJA EM
Colégio Estadual Leôncio Correia	Téc. Administr.	PROEJA EM
CE. São Pedro Apóstolo	Téc. Enfermag.	PROEJA EM

Fonte: NRE/SEED-PR

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), publicou um documento, em agosto de 2013, intitulado “Subsídios para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda do Paraná – Estudo sobre as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal e subsídio às políticas de qualificação do estado do Paraná”, com Termo de Contratação de Prestação de Serviço nº 074/2012 – SETS-PR e DIEESE. Neste documento, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é possível perceber os setores onde a demanda de mão de obra é maior, ele também aponta as “insuficiências educacionais de parte de trabalhadores frente ao requerimento desse atributo indicado pela CBO”, servindo de norte para a Secretaria Estadual de

Educação.

O Pronatec também busca conhecer a dinâmica econômica e das ocupações, este erro de oferta com pouco vínculo com a demanda da região foi um dos equívocos do Planfor na era Fernando Henrique Cardoso, corrigido no PNQ do governo Lula. Para tanto, os dados e informações do MEC, relacionada à educação profissional, vinculada a educação básica e até mesmo ao sistema “S” parecem servir como orientadores das ações do Pronatec.

Levando-se em conta o Censo Escolar (MEC/INEP, 2012), a Educação Profissional no Paraná cresce cerca de 6,0% ao ano, com média de 53 mil matrículas anuais (a partir de 2007), de modo que em 2012, 93,3% correspondia aos cursos subsequentes e o concomitante chega a cerca de 3,5% do total. Considerando a distribuição pelo sexo, consta que em 2012, as mulheres representam 56,4% das matrículas e 43,6% são homens. Pela faixa etária, tem-se que de 0 até 17 anos representa 3,3% das matrículas, entre 18 e 24 anos (45,2%), de 25 a 29 anos (18,8%), de 30 a 39 anos (21,5%), de 40 a 49 anos (8,7%) e acima de 50 anos (2,4%).

Em relação aos setores econômicos e áreas diversas o estado no Paraná a SEED dividiu em 11 eixos². No ano de 2012, tinha-se 53,4% das matrículas em dois eixos “Ambiente e Saúde” (destaque para enfermagem 49,8%) e “Gestão e Negócios”, com 26,7% de participação cada um, com uma tendência de crescimento para os eixos “Produção Alimentícia e Infraestrutura”. O terceiro eixo “Controle e Processos Industriais”, com 16,6% das matrículas (destaque para mecânica, eletromecânica e química). Na análise global pode se destacar que das ofertas feitas pela rede estadual 21 cursos, dos 82, concentravam 91,5% das matrículas. Com 35,9% do total dos cursos, praticamente um terço foram matriculados em enfermagem (13,3%), administração (15,2%) e informática (7,4%) (DIEESE, 2012)

Todos estes dados servem para apontar caminhos em relação à distribuição dos cursos e orientar a oferta de cursos pelo Pronatec. Porém, estas não são as únicas fontes de informação, pois o próprio MEC possui, desde 2009, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) que permite o cadastramento de todas as instituições de ensino que ofertam cursos

² Eixos: Ambiente e Saúde; Segurança; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais.

técnicos de nível médio, assim o MEC consegue monitorar todas as matrículas em nível nacional e auxiliar na introdução de políticas públicas.

No Paraná constam do SISTEC 100 diferentes cursos em 255 unidades podendo oferecer cursos presenciais e a distância. Dessas 27,9% em Curitiba e Região metropolitana (MEC/INEP/DIEESE, 2012). Neste sentido o Pronatec potencializa a capacidade da cidade.

Considerando a oferta pela Rede Estadual de Ensino, dado o crescimento econômico, político e social de Curitiba e Região Metropolitana, sendo observados no aspecto setorial e ocupacional (emprego) há que considerar possibilidades abertas pelo Pronatec: como um impulso na qualificação da força de trabalho, tanto pelo repasse de recursos, pelas parcerias firmadas, pela coordenação do IFPR e pela busca de atingir o público alvo. De outro modo, a política pública Pronatec pode ser monitorada pelos instrumentos públicos democráticos de controle, que permitem a sociedade acompanhar, pelo viés acadêmico das universidades e da pesquisa, pelo Ministério Público e por instâncias diversas através dos portais públicos de transparência na gestão, desde o cidadão comum às instâncias de maior porte no país, os poderes constituídos executivo, legislativo e judiciário.

Considerações Finais:

Tornou-se lugar comum no Brasil afirmar que existem vagas no mercado de trabalho, mas que os trabalhadores não estão qualificados, em alguma medida, para ocupá-las. Em especial a partir do último período do governo Lula, onde o país alcançou um nível de desenvolvimento econômico considerável e, especialmente, durante o governo Dilma, foco deste estudo, onde o crescimento do país e os eventos de grande porte avolumam-se trazendo um aumento de demanda de força de trabalho para as ocupações mais diversas.

Negligenciada ou mesmo ausente, em vários momentos da história do Brasil, a qualificação da força de trabalho, como política pública, poucas vezes se estabeleceu como prioridade governamental. As políticas públicas de qualificação são vinculadas aos seus contextos e conjunturas em diversas mediações, porém há que se considerar que na história recente algumas propostas foram materializadas e buscaram dar respostas, dentro da lógica própria de quem estava estabelecido nas esferas de governo ou de poder, adequada ao modo de produção capitalista.

Assim, buscou-se aqui, trazer como conjuntura, o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, e as mudanças significativas após o processo de reconstitucionalização do país. Desse modo, tomou-se inicialmente como objeto de análise as políticas públicas de formação profissional nos sucessivos governos para dar conta de uma demanda necessária de formação dos trabalhadores. Para tanto, colocou-se inicialmente as políticas geridas no Ministério do Trabalho e Emprego do governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente o PLANFOR, que trouxe consigo uma carga teórica de formação calcada nos alicerces neoliberais. E, o Plano Nacional de Qualificação no governo Lula, que altera as bases conceituais da proposta anterior e se insere com um caráter de fortalecimento do estado.

No ano de 2011, o governo da presidenta Dilma Rousseff, lança o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que se configura em uma das principais políticas públicas contemporâneas vinculadoras do trabalho e da educação. As ações do Pronatec em 2012 aparentam uma incipiência que põe em risco o sucesso da política pública, podendo se tornar uma derrota como ação governamental.

O governo Dilma canaliza esforços, reúne todos os ministérios de seu

governo para “salvar” o Programa e ele se transforma em uma das políticas mais evidentes do governo do Partido dos Trabalhadores. O Pronatec, ganha em recursos e amplitude, alcançando espaço das mais diversas formas, nos mais diversos ministérios.

A proposta inicial do Pronatec visava formar 3 milhões de estudantes e trabalhadores. Ao final de 2013 o governo federal estima formar, até o fim de 2014, portanto, fim deste governo, 8 milhões de trabalhadores, em mais de 800 ocupações profissionais. Para isso existem as variações do Programa: PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA, no Ministério do Desenvolvimento Social, PRONATEC COPA, no Ministério do Turismo, entre outras ações do governo.

Aqui se buscou apresentar elementos fundantes da política pública, na forma como ele se apresenta por seu propositor, o Governo Federal, através de seus Ministérios. Para tanto, definiu-se conceitualmente o programa, apresentou-se a legislação que o ampara e o desenvolvimento de suas ações pretensões e propostas.

O Pronatec, a partir de 2011, espalhou-se pelo país na perspectiva de preparar para o mercado de trabalho milhões de brasileiros, que de algum modo estiveram alijados desse mercado, por não terem tido oportunidades outras, em conjunturas diversas, ou ainda, pela necessidade de permanecerem em vagas em que ocupam. Está em sintonia com as demandas dos setores econômicos, a organização de cursos presenciais com profissionais, meios auxiliares de instrução e espaços específicos para a formação dos trabalhadores, por meio de instituições nacionais conveniadas.

O Pronatec como objeto desta análise, restrito às ações desenvolvidas em Curitiba-PR, e inserida no contexto do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, serve de espaço para a observação das lacunas deixadas e das oportunidades de melhoria para a política pública de formação dos trabalhadores no âmbito local.

A pesquisa ficou restrita também aos dados fornecidos pelas instituições que informam número de vagas, conteúdos curriculares dos cursos, público alvo, mas rejeitam informar as desistências, os montantes recebidos para o desenvolvimento das ações. Neste sentido, a pesquisa permite perceber que as ações desenvolvidas pelo Pronatec, sendo consideradas as condições acima, contemplam, em parte as demandas por qualificação da força de trabalho na cidade de Curitiba,

desconsiderando outras formas de qualificação em serviço, realizada por muitas empresas que optam por qualificar seus trabalhadores.

Há um valor significativo nesta política pública, pois ela, diante do histórico de exclusão que permeava a ineficiência das ações governamentais em todos os âmbitos representa um rompimento com a inércia anterior. Existem lacunas a serem debatidas nos diversos fóruns e setores de planejamento das ações específicas do Pronatec, em especial as que tratam da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, como preconiza o Documento Base de 2007, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, como última etapa da educação básica e como tal, com seus princípios e diretrizes.

Para que não haja uma divergência de foco, de projeto e investimento, há que se pensar em formas mais engajadas de políticas públicas, tendo em vista que o Ensino Médio, volta ao cenário nacional de debate e necessita urgentemente encontrar-se com sua dinâmica curricular e com sua juventude para encaminhá-la a portos cada vez mais seguros, que só pode enfrentar aqueles que possuem uma formação humana cada vez mais integral. Portanto, o Pronatec não pode ser um concorrente do Ensino Médio, quiçá um curativo para anos de exclusão formativa mais ampla.

No âmbito local, pode-se dizer que existem setores não atendidos em sua demanda, que a quantidade de recursos é insuficiente para atender às necessidades da cidade, que deve haver uma busca constante de atualização das demandas, que o número de vagas e de trabalhadores contemplados pelos cursos ofertados esteja em uma crescente, de modo a atender cada vez mais a sociedade brasileira.

Ressalta-se que o processo em que está inserido o Pronatec, de disputa pelo poder e pelo governo no Brasil, num espaço onde a geração de emprego ganhou fôlego nos últimos 10 anos, as taxas de desemprego possuem os menores índices, mas que há urgência em preparar a força de trabalho para o mercado, dentro da lógica do desenvolvimento capitalista.

Este também é o lado crítico do Programa, pois ele coloca estudantes e trabalhadores em um processo de formação limitado que desconsidera a indissociabilidade, consideradas no Art. 5º das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução Nº 2/2011 e Parecer Nº 5/2011 CEB/CNE), do trabalho “como a realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência”; da ciência “como o conjunto

de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade”; da tecnologia “como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida; e da cultura “como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade”.

Referências:

ALMEIDA, Marilís Lemos de. **Da formulação à implementação: análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil**. 2003. 243f. (Tese Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Camp, 2003.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 25/10/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Guia de Cursos Pronatec**. Disponível em: < <http://pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18/12/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) Resolução CNE/CEB Nº2/2012, Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18/12/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), **Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED**. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=pr>. Acesso em: 13/11/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ: 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em:<www.sine.pr.gov.br>. Acesso em: 26/11/2013.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional**. Trabalho e tempo. Brasília: Plano Editora, 2003.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **A Qualificação profissional como instrumento de regulação social: do Planfor ao PNQ**. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPEd, 21 a 24/11/2004. Caxamb-MG. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t099.pdf>.> Acesso em: 05/05/2013.

_____. **O Estado da Arte da Formação do Trabalhador no Brasil**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2007.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **Avaliação do PLANFOR entre a adesão de sujeitos sociais e a acomodação de interesses em torno da Política: uma trajetória em direção à tecnificação**. 2005. 261f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e promoção Social – SETP: **Resultado da Intermediação de Mão-de-obra**. Disponível em: <<http://www.sert.pr.gov.br/setp/indicadores>>. Acesso em: 07/10/2013.

PARANÁ, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC: **Conheça o SENAC**. Disponível em:< <http://www.pr.senac.br>>. Acesso em: 10/12/2013.

PARANÁ, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – **SENAI: Institucional**. Disponível em:< http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx>. Acesso em: 16/12/ 2013

PEIXOTO, Patrícia E. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, ES, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. In: SILVA, M. O.